

REPRESENTAÇÕES DA VIOLÊNCIA POLICIAL: RODAS DE CONVERSA COM COMUNIDADES DE FLORIANÓPOLIS.

Relatório Parcial
Outubro 2023



IMDH

Instituto Memória e Direitos Humanos

Representações da violência policial: rodas de conversa com comunidades de Florianópolis

Relatório Parcial

Organização:

Instituto Memória e Direitos Humanos
Universidade Federal de Santa Catarina
Universidade do Estado de Santa Catarina

Apoio:

Pró-Reitoria de Extensão da UFSC, Sigmund Freud Associação Psicanalítica,
Núcleo de Estudos sobre Psicologia, Migrações e Culturas UFSC, Serviço de
Assessoria Jurídica Universitária Popular UFSC

Coordenação: Juliana Viggiano e Luana Heinen

Autores:

Anaís Passos
Clarissa Dri
Daniel Castelan
Flavia Medeiros
João Pedro Klinkerfus
Juliana Viggiano
Luana Heinen
Maria del Carmen Cortizo
Mariana Joffily

Bolsistas de extensão: Emanoela Tomaz, Isabela Hammacher, Patrícia Sertório, Renata Tiago

Estudante voluntários: Ana Carolina Polo, Anelise Duarte, Barbara Simões, Carolina Piazza, Heitor Silva, Mayara Toledo, Poliana Ribeiro

Florianópolis, outubro 2023.

Sumário

1. Introdução	03
2. Competências da polícia no Brasil e no estado de Santa Catarina	05
3. Relatos	09
3.1. Violência policial	09
3.2. Direito de ir e vir e uso do espaço público	17
3.3. Deslegitimação de demandas por políticas públicas e acesso à infraestrutura e a serviços	19
3.4. Danos à propriedade	24
3.5. Impactos sobre a comunidade	28
4. Considerações	30

1. Introdução

Esse relatório sobre violência policial em Santa Catarina é baseado em rodas de conversa conduzidas durante o final de 2021 e ao longo do ano de 2022 em quatro comunidades da grande Florianópolis. As conversas foram mediadas por professoras e estudantes da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

Desde a sua fundação em 2020, o Instituto Memória e Direitos Humanos UFSC/UDESC (IMDH) tem estudado a situação dos direitos humanos em Santa Catarina e recebido relatos de violações em diferentes grupos sociais. Muitas violações podem ser cometidas pelo próprio Estado, que tem o dever de proteger a integridade física e a dignidade dos cidadãos em um regime democrático. Para compreender a presença do Estado em comunidades vulneráveis, decidimos ouvir moradores e registrar suas falas.

Em 2021, o projeto foi concebido e formulado no âmbito do Grupo de Trabalho Observatório de Direitos Humanos do IMDH. N essa fase, foi realizada uma primeira roda de conversa:

- 28 novembro 2021 na Comunidade Vale das Palmeiras, em São José, com 30 participantes

No primeiro semestre de 2022, o grupo realizou uma capacitação teórica com leitura e debate de textos sobre violências, escuta e depoimentos, com colaboração da Sigmund Freud Associação Psicanalítica. Essa formação foi importante para que aprendêssemos quais as formas mais apropriadas de lidar com um assunto delicado como a violência e, assim, pudêssemos melhor planejar as rodas de conversa com a população. No segundo semestre de 2022, mais cinco rodas de conversa foram realizadas, com duração aproximada de duas horas cada uma:

- 11 agosto 2022 na Comunidade Chico Mendes, em São José, com 10 participantes;
- 25 setembro 2022, na Ocupação Marighella, em Palhoça, com 17 participantes;

- 29 setembro na Comunidade Chico Mendes, em São José, com 20 participantes;
- 09 outubro 2022 na Costeira, em Florianópolis, com 3 participantes;
- 06 novembro 2022 na Costeira, em Florianópolis, com 5 participantes.

Os debates aconteceram a partir de perguntas feitas aos moradores sobre a presença de agentes do Estado em suas comunidades, políticas públicas, percepções de violências e formas locais de organização. Nossa equipe contava com professoras que faziam os questionamentos e mediaram as conversas e com estudantes que registraram os comentários por escrito sem identificar os participantes. Os relatos dos moradores estão descritos nas próximas seções.

2. Competências da polícia no Brasil e no estado de Santa Catarina

Antes de falar sobre as violências policiais relatadas pelos moradores, é preciso identificar as competências da polícia no Brasil e no estado de Santa Catarina. A formação das polícias modernas é entendida, desde a perspectiva liberal, como parte do processo de criação das instituições do Estado na direção do progresso racional e democrático. Por outra parte, desde a perspectiva marxista clássica, as polícias fazem parte do arsenal repressivo do Estado, agindo sob as ordens de uma burguesia opressora.

Tendo suas origens modernas no século XIX, foi ao longo do século XX que se desenvolveu a profissionalização das polícias, sendo uma das principais características a posse de conhecimento e de treinamento específicos à organização. A origem da polícia no Brasil é geralmente situada no Rio de Janeiro, então capital do Império, datada no momento de criação da Intendência Geral de Polícia (1808) e da Guarda Real de Polícia (1809). Estes são os primeiros organismos públicos a carregarem em seu nome a concepção de "polícia", genealogicamente correspondendo às atuais polícias investigativa e ostensiva. Nesse momento, a ideia de polícia comporta uma visão muito ampla de gestão da ordem pública, envolvendo tarefas que mais tarde serão atribuídas a outros órgãos do Estado, atuando principalmente no controle social e na repressão às classes populares no contexto de uma sociedade escravocrata.

Estas primeiras experiências policiais se caracterizam pela precariedade e pela instabilidade, em contraste com as administrações e os poderes locais. Funcionam como representantes oficiais de um Estado que até então não estava presente. Deste modo, vão reproduzindo e se integrando às práticas do mando local, instaurando versões distintas da luta pelo monopólio da força, mas, neste caso, com um uso da força física fora de qualquer controle.

Principalmente a partir do fim da Guerra do Paraguai (1870), quando as forças policiais se reorganizam e a Guarda Nacional

começa a perder seu caráter policialesco, percebe-se o avanço de organizações policiais atreladas ao poder central, via presidente de província e ministro da Guerra. Esses aparatos passam a receber a fatia orçamentária mais avantajada das rendas provinciais e ganham preeminência em relação a outras forças policiais de caráter local ou municipal. A partir dos anos 1930, reformas atrelam as polícias aos poderes dos estados, mas ainda mantêm a sua cultura militar, um traço que será mantido após o golpe civil-militar de 1964. Mesmo após a redemocratização de 1988, as polícias estaduais preservam a influência das forças armadas na sua estrutura organizacional, formação e treinamento.

A **Polícia Militar (PM)** é uma entidade estatal de direito público, sendo um órgão da administração direta do governo do estado. As funções e competências da PM estão expressas tanto no artigo 144 da Constituição Federal quanto em legislações específicas e respectivas às unidades federativas. O objetivo da PM seria a realização do policiamento ostensivo em nome da manutenção da ordem pública e do controle social, por meio da prevenção e da repressão. Apesar da subordinação ao governo, a lei garante que as PMs possam ser empregadas como forças auxiliares do Exército brasileiro em situação de emergência ou estado de sítio.

No estado de Santa Catarina, a Lei Nº 6.217, de 10 de fevereiro de 1983, dispõe sobre a "Organização Básica da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina e dá outras providências." O Art. 1º estabelece a finalidade da polícia: "A Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, considerada força auxiliar, reserva do Exército, organizada com base na hierarquia e na disciplina em conformidade com as disposições do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, modificado pelo Decreto-Lei nº 1.072, de 30 de dezembro de 1969, tem por finalidade a manutenção da ordem pública na área do Estado."

As suas competências de acordo com o Art. 2º são:

"I - executar, com exclusividade, ressalvadas as missões peculiares das Forças Armadas, o policiamento ostensivo, a fim de assegurar o cumprimento da lei, a manutenção da ordem pública e o exercício

dos poderes constituídos;

II – atuar de maneira preventiva, como força de dissuasão, em locais ou áreas específicas, onde se presume ser possível a perturbação da ordem;

III – atuar de maneira repressiva, em caso de perturbação da ordem precedendo o eventual emprego das Forças Armadas;

IV – atender à convocação do Governo Federal; em caso de guerra externa ou para prevenir ou reprimir grave subversão da ordem ou ameaça de sua irrupção, subordinando-se ao Grande Comando da Força Terrestre para emprego em suas atribuições específicas de Polícia Militar e como participante da defesa territorial;

V – realizar o serviço de extinção de incêndio, simultaneamente com o de proteção e salvamento de vidas e materiais;

VI – efetuar o serviço de busca e salvamento, prestando socorros em casos de afogamento, inundação, desabamento, acidentes em geral e em caso de catástrofes ou de calamidades públicas;

VII – atender, mediante solicitação ou requisição de ordem judiciária, o fornecimento de força policial-militar;

VIII – executar missões de honra, guarda e assistência policial-militar;

IX – prestar serviço de guarda nas sedes dos Poderes Estaduais e da Secretaria de Segurança e Informações;

X – manter a segurança externa dos estabelecimentos penais do Estado;

XI – executar as atividades do Gabinete Militar do Governador do Estado, do Vice-Governador e da Secretaria de Segurança e Informações;

XII – desenvolver outras atividades de natureza policial-militar.”

Nos últimos anos, o contexto da segurança pública catarinense passou por algumas transformações. Em 2018 foi publicado o Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social (2018-2028), o qual faz um balanço da segurança pública no estado e afirma que Santa Catarina seria o estado mais seguro do país. Entretanto, mesmo com esse cenário de aparente segurança, o plano prevê um aumento no orçamento destinado à segurança pública. Em 2019 foi registrado

o maior investimento em segurança pública da história do estado, com uma grande compra de armas, viaturas e outras tecnologias para as polícias, além de reformas em prédios. Ao longo do Plano Estadual nada é informado sobre o tema da violência policial, dando a entender que mortes provocadas por policiais não acontecem no estado. O tema também, até muito recentemente, não tinha sido pesquisado.

Segundo podemos constatar pelos dados apresentados no Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2023, **a atuação das polícias brasileiras apresenta índices desmedidos de letalidade, com casos públicos de chacinas, torturas e homicídios extrajudiciais envolvendo agentes públicos. As principais vítimas são jovens, pretos e periféricos.** O Conselho de Direitos Humanos da ONU recomendou ao Brasil em 2022 “tomar medidas para prevenir, investigar e processar alegados casos de abuso policial, com ações específicas para enfrentar o racismo e a violência, especialmente para os afro-brasileiros”.

Embora Santa Catarina não conste entre os estados de maior índice de letalidade policial, e existam poucas referências no âmbito nacional sobre a violência policial praticada em SC, os relatos ouvidos nas rodas de conversa nos apresentam um surpreendente quadro de violações, abusos e desrespeito de direitos fundamentais. Neste cenário alarmante, a contribuição desse relatório é apresentar dados sobre a atuação da polícia no Estado de Santa Catarina a partir da experiência de moradores de comunidades periféricas de Florianópolis, São José e Palhoça.

3. Relatos

3.1. Violência policial

De acordo com a percepção dos e das participantes das rodas de conversa, **a polícia é o principal motivador de insegurança nas comunidades, e as abordagens policiais são violentas e ameaçadoras.** Essa violência generalizada contra membros das comunidades periféricas se manifesta de diversas formas. Para além da violência física, por meio de agressões e o uso de armas contra membros da comunidade, moradores ressaltam a violência psicológica, incluindo o uso de ameaças, retaliações e humilhações cotidianas.

Durante os patrulhamentos e operações da polícia, as agressões físicas são frequentes e indiscriminadas, vitimizando adultos (homens e mulheres), crianças, adolescentes e pessoas idosas. Segundo participantes das rodas de conversa: "esses dias na frente da minha casa os policiais bateram na cara de um menino." Outra moradora relata um dia em que viu "uma criança sendo abordada e agredida pela polícia (militar), **ele (policial) pegou o menino e chutou no queixo. O menino tava na rua e a viatura parou e bateu.** Aconteceu em uma praça da comunidade." Ainda sobre a mesma questão, uma moradora comenta: "Aqui já precisei várias vezes correr com as crianças no colo para fugir das balas da polícia." "Não tem estatuto da criança aqui", dizem os moradores sobre a polícia. É frequente ver crianças e jovens no paredão sendo revistados com truculência por policiais, "colocaram crianças de 8 e 9 anos no paredão (de revista)" e os mesmos "são mentirosos e gostam de implantar coisas que não existem." Moradores relatam vivenciar com nervosismo esses momentos em que policiais podem plantar drogas em seus bolsos - como já aconteceu quando uma criança de 12 anos foi executada pelos policiais e sua morte foi justificada por uma falsa acusação de trabalho no tráfico de drogas. Assim, explica uma das familiares da vítima, "taxam o menino de bandido, corrompem a memória dele."

Foram recorrentes os relatos dessa natureza na fala de vários

moradores: “Tinha crianças, bebê na casa, jogaram gás de pimenta. A gente gritando: tem criança! E eles ‘Não estamos nem aí’, ‘Vai levar, vai levar’. Perguntei se fosse o filho dele, se faria desse jeito. Ficou sem jeito, mas continuou.” “Tenho um filho de 13 anos. Falei que ia na reunião da comunidade. A primeira coisa que ele diz é **‘cuidado com a polícia’**. Quando passa a polícia ele já fecha a porta de casa.” “Era 11 horas da noite eu estava andando, passou uma viatura da tática. **Eles vão fazer maldade. É assustador. Eu tenho muito medo da covardia deles.**”

As operações podem ocorrer em períodos de circulação de crianças nas comunidades, expondo-as a disparos de armas de fogo: “vivem dando tiro e não ligam se tem criança passando.” Muitos dos relatos chegam pelas falas de mulheres, mães que descrevem a violência direta contra elas e contra suas crianças. Também chama atenção a violência moral, que consiste em atingir o exercício da maternidade: “Já me chamaram de vagabunda porque defendi meu filho.” Por meio da desqualificação e rotulação de seus filhos, essas mulheres são alvo direto da violência policial: “é mãe, mas deve ser mãe de vagabundo.” Apesar das reclamações de moradores diante dessas cenas, relataram que ouviram dos policiais que “aqui não tem criança, só bandido e vagabundo”, ficando explícita uma desqualificação moral por parte dos agentes que deveriam proteger tais crianças, mas que acionam contra estas estigmas vinculados à imagem do sujeito criminoso, produzindo violências calcadas no racismo estrutural: “Uma marginalização, acham que somos marginais.”

Uma moradora relata que os policiais “chegam toda vez armados, tacando fogo nas casas. Ultimamente não temos mais como contar com eles, não vejo eles ajudando a gente em alguma causa, não querem saber o que a gente está fazendo ali. Eles têm câmara mas não ligam. É covardia: **batem em mulher, até em mulher grávida eles chegam a bater, jogam gás de pimenta em crianças. Crianças e adolescentes têm medo da polícia. Eles falam isso, acordam de noite sonhando com isso.** São sempre os mesmos

policiais que vem, já conhecem a gente, ficam pedindo para revistar, quebram isopor com mantimentos e produtos de trabalho. Polícia bate na porta de madrugada, acordando as pessoas, dizem que são os homens da lei.” “Um policial pediu documento da moradora, ela mostrou o xerox, (o policial) insultou a moradora, com o dedo no gatilho.”

Casos de agressão contra pessoas com deficiência também foram relatados: “Teve umas semanas antes que tinha um **cadeirante. Eles jogaram no chão e começaram a atirar.**” Outros moradores relatam o caso em que policiais bateram em um rapaz surdo por ele não ter respondido aos policiais. A conclusão de uma das moradoras sobre como a polícia vê os moradores das comunidades é taxativa: “dentro da favela ou é criminoso ou é envolvido com o crime.” “Polícia, prefeitura, entraram na minha casa. Já chegaram derrubando tudo, tiraram ele de dentro de casa, levantaram ele pelo braço. **Amputado, idoso, pedimos para terem cuidado, na frente das crianças, pedindo para não machucar o avô.**”

As descrições apresentam situações de uso desproporcional da força, incluindo ameaças e uma intencionalidade injustificada no uso de armas de fogo, chegando por vezes a matar moradores e causar consequências duradouras na vida daqueles atingidos por essa violência: “**meu filho é cadeirante porque a BOPE deixou ele assim (...) tiro na espinha quando ele tinha 14 anos (...) covardia (...) foi pelas costas**”, nos relatou a mãe de um sobrevivente da violência policial. Chama a atenção como a polícia é particularmente agressiva contra meninos e rapazes, de modo que esses jovens e adolescentes estão mais expostos pois são alvo das operações policiais: “Às 6 horas da manhã a polícia invadiu minha casa. Tinha a delegada e mais cinco policiais. Colocaram meu filho de 14 anos no chão, quer dizer, hoje ele tem 14, mas na época ele devia ter uns 12, o helicóptero passando por cima, eles reviraram minha casa de cima a baixo, reviraram tudo, colocaram meu menino no chão”. Assim, a polícia e, por conseguinte, o Estado, se faz presente por meio de ameaças, agressões físicas, insultos morais, prisões, lesões, problemas de saúde e, como

descrevemos a seguir, mortes. “O Estado só vem aqui pra matar”, afirma um morador. **“Tenho medo de não estar em casa e eles virem, e de estar em casa e eles virem.”**

Uma moradora relata que, quando a polícia entrou na casa dela, não deixou os filhos ficarem perto dos pais. Os meninos estavam assustados, e ela pediu para que ficassem todos juntos. Não foi permitido. Alguns policiais ficaram vigiando os meninos enquanto ela e o marido eram inquiridos por outros agentes. Em outra casa, onde viviam 3 famílias, a polícia entrou às 5 horas da manhã, “uma só pessoa tinha mandado de busca, tiraram 2 crianças da cama às 5h da manhã no frio, levaram para o quintal com os 3 pais só de cueca, ficaram lá muito tempo, um absurdo, colocaram crianças de 8 e 9 anos no paredão, sempre com arma apontada.”

Outra moradora relata sobre o dia em que soube da morte do próprio filho por meio das redes sociais. Conta como um ano antes, a polícia assassinou um menino de 12 anos, “era um menino querido e sorridente”, e conta também como naquela ocasião já ficou “desesperada na hora por medo de que o seu filho também tivesse sido atingido.” **Ela relata que quando o filho foi morto, levou um tiro na mão, provavelmente porque estava com a mão levantada para a polícia, respondendo às ordens.** Anos antes da morte dele, a polícia havia matado também os irmãos mais velhos do menino de 12 anos. Ela conta que ali não existe essa lógica de só matar pretos, pois seu filho era loiro de olho azul. Para ela, o que faltava para os policiais era só a oportunidade de matar brancos também, pois o problema era morar no morro. De acordo com moradores, os policiais alegam que “tem que ver que é para sua segurança, sendo que é eles que traz o temor para dentro de casa”. Outro morador expressa que “não existe paz, com eles não.” Ao comentar sobre a morte e um morador, uma participante comenta que o ato foi uma “morte cruel... ódio”; os policiais foram na casa dele e “balearam o corpo inteiro.” Outro relato menciona que PMs ameaçam crianças de morte, implantando medo desde a infância: “corre, lá vem a polícia. O mal tá chegando.” Outra pessoa, que também participou da roda de conversa, falou que sente

que policiais não se preocupam com a questão de sair atirando e que, por isso, tem medo à noite de dormir e acordar com uma arma apontada na cabeça. Além da agressão armada, o uso do pescoço foi relatado como uma técnica utilizada para imobilizar as pessoas durante abordagens policiais. Moradores relatam que **existem diversos vídeos de policiais agredindo menores, “o que ensina os jovens a serem ainda mais revoltados (contra a polícia).”**

Por meio da convivência cotidiana com a polícia, que invade suas residências, realiza operações com armas, prende e mata crianças e jovens e ameaça moradores, mulheres, pessoas idosas e crianças, não é "segurança" que a polícia traz, mas **“É a polícia que traz o terror, ninguém mais.”** Uma moradora relatou sobre um dia em que estava na janela com sua neta bebê no colo, e que os policiais chegaram colocando as armas nos rostos das duas: “Deixa sua mente com medo.” Essa arbitrariedade na forma de agir da polícia se caracteriza como uma violência ostensiva e generalizada que incide não somente na forma como essas pessoas circulam na comunidade, mas também dentro de suas próprias moradias: “Um dia sentado na varanda, desceu um monte de polícia e dois camburão, tive que me esconder. Ouvi eles falando ‘se nós pegar, vamo mergulhar o pau’, levar todo mundo pra delegacia.” “Era cavalaria, cachorro, choque tático. Senti que foi uma humilhação enorme.” Mais relatos nesse sentido trazem a dimensão dos insultos: **“A polícia trata todo mundo mal, eles entram nas casas. Eles invadiram minha casa, me botaram de joelho. Ameaçaram me matar se achassem arma na casa. Meu bebê dormindo, eles com o fuzil na minha cabeça.** Era de noite, minha esposa estava de roupa íntima.”

“No ato do 11 de agosto, **eu tomei um tiro da polícia no pé, e quem vê o vídeo vê que foi direcionado.** Voltei pra casa da camarada e, no dia que eu saí de lá, o BOPE entrou e perguntou que relação ela tinha comigo, reviraram tudo, eram dois à paisana e um com uniforme do BOPE... Só faltou dizer que era milícia, (estavam) fortemente armados.”

A violência física e moral também se utiliza da manipulação das

categorias de bandido e trabalhador, cidadão e marginal; que é "trabalhador" não parece ter eficácia sobre a forma de atuação policial nos territórios, que, ao naturalizar a violência letal contra suspeitos de crimes, coloca todos em risco: "(...) pra eles qualquer um que entrou na comunidade é bandido, se tá aqui é porque é bandido", pois "para a polícia bandido bom é bandido morto. É queima de arquivo", reforçando a ideia de que nesse contexto pessoas pobres não têm direito à segunda chance.

Segundo um dos interlocutores:

"O maior problema que a gente passa é a discriminação, a rejeição ali fora. Falam que as pessoas (da comunidade) são da criminalidade, mas são todas trabalhadoras. **Todos trabalhamos**, mas sofremos rejeição lá fora, especialmente dos outros moradores de perto. **A visão que têm nossa é como se fôssemos bandidos, vagabundos (...) mas estamos aqui para lutar por moradia.** Eles marginalizam, tratam como se fôssemos marginais."

Além do medo e da insegurança constantes - "quem ficou vivo está preso", a humilhação pela violência física e verbal faz parte do cotidiano dessas comunidades. Diversos são os relatos de desrespeito, estigma e preconceito com os moradores das comunidades por parte da polícia:

"Tem 2 meses que passei por uma exposição dessas, 9h da manhã, eles tavam na rua, eu tava em casa estudando, meu marido tava em casa, ele é negro, tem cabelo rastafari, eles tavam perseguindo um rapaz, a gente disse que não sabia onde tava, eles entraram na minha casa sem mandado procurando, chegam tratando a gente como animais, a gente nem sabia do que se tratava. Diziam: 'vocês são porcos, imundos', **deu soco no vizinho, quase tirou o queixo do lugar.** Aqui eu sempre fui respeitada, ninguém nunca mexeu comigo. Já cheguei do trabalho 2h da manhã, nunca fui assaltada. Fiquei revoltada com aquilo, achei um absurdo, a discriminação é muito grande, só porque a gente mora na favela, é humilhante, **eles não merecem vestir aquela farda, não sei que formação recebem pois não são disciplinados.**"

Alguns moradores apontam uma mudança na forma de atuação da polícia e que, com o passar do tempo, a violência tem sido mais proeminente e ostensiva: “antes eles faziam diferença, cuidavam mais, miravam mais nas pessoas suspeitas de participar do tráfico, agora misturam todo mundo, duvidam de todo mundo, **se a gente diz que trabalha, eles ironizam: ‘trabalha mesmo?’**”

Sobre uma operação da polícia, uma moradora relata que “(n)o dia do despejo, era cavalaria, cachorro, choque tático. Senti que foi uma humilhação enorme.” Outra relata sobre uma operação durante à noite:

“Semana passada, quando estourou a porta, eles entraram, eu tava dormindo, daí me assustei e levantei, daí falei ‘calma que já to abrindo’, porque senão eles iam estourar a outra porta. Vi as lanternas, eles falaram: ‘saíam tudo com a mão na cabeça’, falei ‘espera que vou acordar meus filhos pra eles não acordarem assustados.’ **Minha filha adolescente em cima do beliche tremendo, não conseguia descer**, o irmão perguntou se podia pegar ela, tirou ela no colo. Daí começaram a revirar, eu falei: ‘não vai achar nada aqui, não tem ilícito’, ‘tem certeza?’ eles perguntam, ‘tem certeza que não vamos achar droga, arma?’ Eu disse que não, ‘não tem nada aqui.’”

“Morreu porque estava na favela, pobre não tem direito”. Ao descrever a invasão pela polícia de uma associação comunitária, uma das mães conta que “**eles nem sequer respeitam alimentos das crianças, jogaram tudo no chão, alimento recebido de doação, comida, tudo no chão; eles vêm nos humilhar, a gente é pobre mas nosso dinheiro também paga o salário deles.**”

“Eu fiquei bem revoltada com a parte da comida, porque é comida para as crianças. A gente tá vivendo em tempos muito difíceis, tá tudo muito caro. Às vezes a gente não tem comida em casa e eles jogam tudo no chão. Pra que isso? Não estão nem aí. Não deviam ter feito isso, se tinham mandado ok. Mas **por que quebrar coisas e jogar tudo no chão?** Era comida das crianças, fiquei indignada, fiquei muito nervosa.”

“A polícia entrou e tocou fogo em uma casa que tinha idosos,

crianças e mulher grávida. Passaram armados, com fuzil pra fora. Foram à noite, tirou e quebrou móveis dos moradores. Serraram casas. Meus filhos têm trauma, as crianças precisam de tratamento psicológico. **Crianças enxergam a polícia e ficam desesperadas**, eles pegaram crianças e soltaram em outro lugar. Pessoas que acompanharam, levaram tiros de borracha. Covardia. Até em mulher grávida eles batem. A moça grávida foi levada para a delegacia, passou o dia lá sem ter o que comer.”

Policiais ironizam moradores, chamam pessoas de “rainhas do crime”, “sempre rindo da gente”, tentam afastar projetos sociais que atuam nas comunidades e chegam a fazer vídeos pejorativos sobre a comunidade para as redes sociais. **São numerosas as cenas de humilhação denunciadas**: “parte da polícia tira fotos das casas, mostra armas, chega com cavalos, atirando, ameaçando com prisão.” Uma moradora contou que “Uma vez a polícia foi entrando, tirando foto. Pra gente que é morador é um constrangimento, humilhante.”

Outra moradora fala dos efeitos que essa violência provoca ao fomentar o estigma em relação à comunidade: “eu tô há dois anos desempregada, vivendo de caridade, envio currículo e não consigo emprego, quando leem o endereço, dizem que tenho que mudar para conseguir emprego, tem estigma na comunidade.” Para além da dificuldade em encontrar emprego, há que se considerar o efeito duradouro que isso provoca na vida profissional dos moradores, uma vez que experiência profissional e currículo são elementos fundamentais da empregabilidade. Como bem resume um morador: “O maior problema é a rejeição de fora, as pessoas olham pra nós como pessoas que não trabalham, usam drogas, sendo que a maioria aqui trabalha.”

O constante medo causado pela violência policial é ainda agravado pelo temor de retaliações por parte da instituição em caso de denúncias. Moradoras relatam que um cadeirante foi jogado da cadeira pelos policiais na operação em agosto. Um menino filmou e viralizou nas redes. A polícia voltou na casa do menino que filmou e

deu uma surra nele. **A polícia marca as pessoas que denunciam e ameaça, no momento mesmo da ação, que se filmar ou denunciar, voltam "pra te pegar e pegar tua família".** Às vezes, quebram celulares de quem está filmando: "depois que acaba o processo, eles nos ameaçam."

Em seus relatos, fica evidente que os moradores identificam a polícia como o principal fator de insegurança na comunidade, "eles trazem o terror para a comunidade." "Que tipo de respeito é esse que eles dizem que vão trazer se eles trazem o terror" por conta de experiências pregressas que não veem a instituição policial como garantidora de direitos: "Nada contra, mas a gente sabe que a polícia nunca vem para nos ajudar." **"Não acreditam no que falamos, tudo alegam desacato, está usando a farda para oprimir."** "Queriam polícia para proteger, mas protegem quem está no poder."

3.2 Direito de ir e vir e uso do espaço público

Práticas violentas por parte da polícia também debilitam a circulação no espaço público. O patrulhamento frequente das comunidades gera medo entre os moradores, que podem evitar circular pela comunidade em certos momentos, incluindo aqueles que seriam de reunião e lazer entre os jovens.

Durante as operações policiais nas comunidades, os moradores são impedidos de entrar ou sair do bairro e de suas casas. Quando questionado sobre como é a presença da polícia no bairro, um morador contou que **estava saindo de casa para ir prestar o vestibular da UFSC, mas foi proibido de descer o morro pela polícia devido a uma operação de perícia. Ele relata que, mesmo mostrando o comprovante de inscrição da prova, foi impedido de sair e complementa dizendo que as abordagens policiais costumam ser sempre exageradas, e que a polícia não os enxerga como cidadãos.** "Quando a polícia chega, ninguém pode entrar no morro porque eles barram a passagem." Outro morador confirma que "nesses momentos ninguém mais pode subir, os moradores têm que esperar a operação acabar pra depois ir pra casa."

Para além das ocasiões em que há operações policiais planejadas, durante o patrulhamento rotineiro da polícia, os moradores das comunidades são parados e revistados com frequência. “A polícia ficava vindo, passando, fazendo vigília.” Um morador conta que “já foi abordado pela polícia diversas vezes, e que um policial chegou a se familiarizar com ele, de tantas vezes que já o abordou, e que agora nem chega mais até ele” porque o conhece e sabe sua profissão. Uma moradora conta que foi abordada por estar de mochila na rua às 5:30 da manhã: “o policial disse ‘por que tu sai de casa às 5h da manhã?’, eu disse ‘porque tenho horário pra entrar às 7h na academia onde trabalho’, ele disse ‘trabalha nada’. **Deixaram minha mochila no chão, reviraram tudo, tive que levantar minha camisa pra eles revistarem, não tinha policial mulher.** Moro aqui há 42 anos, vim pra cá bebê e nunca passei por isso, **quase não consegui trabalhar naquele dia de tão nervosa, tremia muito.** Depois que viu que a gente não tinha nada, pediu desculpa e ficou rindo com o outro”. Esse tipo de ação amedronta os moradores para transitarem no bairro e no deslocamento para seus locais de trabalho. **“É o terror, saímos na rua com medo”. “A ditadura já acabou”.**

Os relatos também apresentam a ação policial como um disruptor das dinâmicas cotidianas de convívio social e trabalho, limitando as possibilidades de se desfrutar de momentos de lazer e do espaço público: “se a polícia tiver por aqui, se tranca, não sai de casa”; “eles que são os bandidos para nós.” **“Se a polícia tá aqui a gente se tranca, se não, tá todo mundo brincando na rua”;** tem muita criança que vai jogar bola, é praça, é espaço livre, o tiro pega todo mundo.” “Um dia sentado na varanda... desceu um monte de polícia, tive que me esconder... ouvi dizer que se pegassem, iriam debulhar o pau, levar todo mundo pra delegacia.” “Aqui a gente não pode mais fazer festa de aniversário do filho, colocar som alto, que eles aterrorizam a gente.”

Quando jovens se reúnem em praças para interagir e confraternizar, ou nas ruas em frente às suas casas, frequentemente

são interrompidos pela polícia. “Aqui a gente não pode mais fazer festa de aniversário do filho, colocar som, que eles aterrorizam a gente.” “Meu filho adolescente fez uma revoadada uma noite, é um baile, uma festa de noite, ficam na rua na frente de casa, deu 6h da manhã, helicóptero em cima da casa, meu filho de 14 anos no chão. Falei: moço, os meninos só fizeram revoadada, só festa, reviraram minha casa todinha.” **Durante a organização de festivais artísticos, moradores relatam receber ameaças de repressão policial, “ameaças de ‘tocar o terror’ nos eventos com o uso de spray de pimenta.”** “Uma vez policiais roubaram a caixa de som, impossibilitando a realização do evento.”

Em uma escola pública de ensino fundamental, a polícia colocou todos os alunos no paredão, apesar dos alunos estarem de uniforme identificado, e disseram que não havia crianças, só “bandido e vagabundo.” As crianças tinham entre 8 e 9 anos.

3.3. Deslegitimação de demandas por políticas públicas e acesso à infraestrutura e a serviços

Nas seções anteriores descrevemos as formas como o Estado se faz presente nesses contextos, este sendo, majoritariamente, a partir da presença policial ostensiva. Mas enquanto a presença do Estado é policial, destacaram-se também as formas como ele se faz ausente: educação, saúde, saneamento básico, moradia, fornecimento de energia elétrica e infraestrutura em geral.

Começamos pela dificuldade no acesso às escolas. Em uma das regiões, durante a realização das rodas de conversa, só existia uma escola pública em funcionamento, a qual atendia apenas o ensino fundamental (1º ao 5º ano) e não tinha estrutura suficiente para dar conta de toda a demanda existente. Não havia nenhuma escola em funcionamento para os ensinos fundamental dois e médio. As duas escolas que atendiam esses segmentos naquele bairro foram interditadas pelo poder público por problemas de infraestrutura.

Ao serem questionados sobre um Colégio X, o colégio mais antigo do bairro que naquele momento se encontrava interditado, um

interlocutor comentou que, na verdade, o motivo da interdição era incerto, que autoridades diziam que o problema seria na estrutura, mas que, na verdade, ele mesmo frequentava a escola (ele diz utilizar o ginásio da escola para as aulas de esporte do projeto do qual participa) e nunca viu nenhuma rachadura ou dano estrutural que explicasse tal risco. Já sobre um Colégio Y, colégio mais recente do bairro, uma segunda interlocutora comenta que, por se tratar de uma construção nova, com menos de 10 anos, é um absurdo que já tenha sido interditado, dizendo que, mesmo ela que não é engenheira, sabe que não se deve construir uma escola em cima de um mangue, como foi o caso dessa construção.

Os moradores relatam ainda que uma das medidas da escola foi colocar contêineres para as crianças estudarem dentro, ao que um deles reflete dizendo que é um cenário que “não é bom nem pros presos, imagina para as crianças.” Em referência à falta de escolas em um dos contextos, nos dizem que “é lastimável, não existe cidadão sem educação.” Muitos dos interlocutores compartilharam a ideia de que fecharam o colégio público do bairro e por isso agora muitas crianças não estudam.

Relacionada à falta de acesso a escolas, está a falta de transporte público. Alguns moradores dizem que o bairro também não tem transporte público. A linha mais próxima é aquela do bairro localizado ao lado e que não há segurança para ir e vir na região. Contrasta que o seguinte bairro teria mais de 8 mil pessoas. A partir desta discussão, pedimos para que esse interlocutor específico, que trabalha em um projeto social que ensina esportes para jovens do bairro, fale sobre o projeto. Ele diz que “criança precisa de escola, de boa educação, mas a verdade é que o sistema é corrompido.” Segue dizendo que as crianças hoje não aprendem valores de respeito e que um projeto social não é suficiente.

Um outro ponto que se destaca é a falta de serviços de saneamento básico. Ao questionarmos um interlocutor sobre tais condições, ele responde dizendo que a água que eles utilizam vinha do morro, pois ali existem várias cachoeiras. Conta que eles não têm

saneamento básico, apenas existe uma rua ou outra que desce o esgoto. Muitas pessoas do bairro já teriam pedido resposta às autoridades, mas segundo outra moradora, **“a espera de uma resposta é a espera de uma facada nas costas”**.

Eles então relatam o dia em que prefeitura esteve lá para cortar a água: “vieram quatro viaturas para cortar a água. Tomamos multa por instalar uma fila de tijolos no prédio”. Ausência e presença do Estado: uma ausência de recursos e serviços, materializada na presença de uma viatura e de agentes que efetuaram o corte da água. Um interlocutor diz: “o problema é que eles não fazem e não deixam a gente fazer. A gente tem condição de fazer, mas eles não querem deixar a gente fazer.”

Em outros contextos, a questão de saneamento encontra-se de mãos dadas com o acesso à energia elétrica e moradia. Uma interlocutora de determinada região descreve a infraestrutura de onde mora como uma “situação caótica”, de desamparo, corte de luz e falta de infraestrutura. Como explicitamos, os problemas enfrentados pelos moradores das comunidades não se resumem à atuação violenta da polícia. Ao contrário, a “violência policial” se soma a uma série de outras violências que dizem respeito à limitação no acesso a recursos fundamentais como água, luz e moradia: **“nós estamos vivendo uma situação caótica. A gente precisa de amparo. Nós estamos trabalhando nessa situação pra não ter tanto gasto e manter as contas em dia.”**

Nesse contexto, a auto-organização das comunidades muitas vezes é vista como problemática, tornando-se alvo da ação da polícia. Esses fatores levam a uma sensação de provisoriedade, reforçada por expectativas de respostas por parte do poder público, inação por parte da prefeitura e demais instituições (ou ação, como o corte de luz) e o recebimento de salários que são insuficientes para pagar uma moradia própria.

Enquanto um dos contextos explicita o saneamento básico como emergência, no outro tivemos interlocutores nos dizendo que a maior dificuldade era a energia elétrica. Nos disseram: “marcamos reunião

com a secretaria de habitação, mas a CELESC não apareceu. **Marcamos reunião e ninguém aparece.** Nos deslocamos até lá, mas ninguém da Palhoça apareceu presencialmente, só online. Isso também é violento, de (ter que) correr atrás dos nossos direitos.” Em ambos os contextos, entretanto, os problemas muitas vezes se acumulam: “quando falta água complica mais a situação, não tem como fazer comida... precisa somar todo mundo pra poder alimentar todo mundo.”

A respeito das realidades financeiras e falta de acesso ao que poderia ser compreendido como “moradia digna”, uma interlocutora relata: “fiquei inscrita no Minha Casa Minha Vida por 15 anos e nunca teve uma reunião pra mim, nunca fui chamada. Falava com eles e eles diziam que não ia sair nada, sendo que eu sabia que saía.” Outro morador comenta: “com o salário que a gente (recebe), fica muito difícil a gente viver em um lugar que eles escondem muito as coisas... Tu só vê a realidade quando tu entra nesses lugares. A última vez que eu tava conversando com um rapaz que mandou foto de uma casa mobiliada custava R\$200.000,00, pensei ‘nossa vou ter que trabalhar muito pra pagar essa’, com nosso salário é difícil.”

Falta de acesso à infraestrutura e uma constante presença policial geram a frustração dos moradores dos diferentes contextos. Perguntamos, então, sobre a existência de outras formas de organização comunitária e de resposta do Estado. Em um bairro, quando mencionamos a Associação de Moradores, nos dizem: “serve só para a promoção de futuros vereadores”. Um interlocutor afirma que, no bairro, existem duas associações de moradores e ambas tentaram eleger vereadores com votos do bairro. Ele comenta: “os vereadores daqui são baba ovos”, assinalando que não fazem coisas em prol da comunidade. Menciona a ajuda eventual da pastoral da igreja com sede no bairro, a qual teria uma creche, mas a qual o interlocutor não conhece muito e acredita não ser de graça.

Já em outros contextos, interlocutores nos relatam a questão da violência institucional, dizendo: “o problema não é nosso, é da procuradoria, do município e (a gente) chega lá eles falam que o

problema não é deles, isso é cansativo.” As presenças e ausências do Estado são, então, apresentadas por muitos moradores como tendo relação com o período eleitoral. Nos dizem: **“a única presença de Estado é polícia... e em tempo de eleição”**; mas também explicam suas insatisfações com o que seria um problema “estrutural”, em referência à falta de estruturas e espaços físicos no bairro, dizendo que reparos superficiais em uma das praças do bairro foram usados como propaganda eleitoral.

Outra ausência é a do sistema de saúde, materializada na falta de assistência fisiológica e de cuidados com a saúde mental da população (especialmente da parcela da população marcada pela “violência policial”). Em um dos contextos, uma interlocutora comenta que o posto de saúde do bairro funciona, mas o atendimento demora muito e é ruim. Ela menciona uma situação em que precisou de atendimento e ficou horas na fila de espera, acabando indo embora sem ser atendida. Outros serviços que são criticados por nossos interlocutores são o CRAS, o Hospital Universitário da UFSC e a prefeitura de forma ampla.

Um defensor público com atuação nesses locais afirmou que, **no momento em que se percebe que há uma liderança na comunidade, se tenta retirar legitimidade dela associando essa pessoa com o crime**. Nessa mesma linha, coordenadores de uma entidade com atuação no local relataram que policiais e deputados elaboraram um vídeo contando mentiras sobre sua atuação e ferindo fortemente sua imagem profissional.

Por fim, os moradores relatam, além das deficiências no provimento de acesso a direitos e serviços em decorrência de infraestrutura inadequada e insuficientes, a dificuldade de se realizar denúncias sobre abordagens violentas da polícia, seja por receio de retaliação, como já mencionado acima, ou pela ausência de adequados canais para denúncia e diálogo:

"Mas tem uma questão com relação à política. Eu moro aqui há um mês. E nós fizemos um ato onde eu levei um tiro da polícia. Quem vê o vídeo vê que foi mirado, o tiro. Como não podia andar, fiquei na

casa de uma camarada. No dia em que eu saí de lá eles invadiram a casa dela. Com ajuda dos advogados populares conseguimos uma reunião com a polícia e eles só faltavam dizer que era milícia. Não falaram com essas palavras, mas que não eram da polícia. Só faltou dizer que era milícia... Os nossos inimigos são o prefeito e o ex-prefeito. Outro problema é a violência institucional do Estado. A gente teve que ocupar a Prefeitura para ser ouvidos. Isso pra gente é muito violento. A gente marca reunião, cria expectativa e ninguém aparece. Nós já sabemos o que eles vão dizer: que não tem dinheiro. Mas a gente tem soluções. E eles não escutam. Na verdade, a espera é a espera pela facada nas costas. A única vez que a prefeitura veio aqui foi para cortar a nossa água."

"Entraram na casa de outro menino e bateram porque ele gravou a operação. (...) Ele foi até a delegacia e a corregedoria e prestou queixa, mas foi preso depois", demonstrando que, em certas situações, aqueles que tentam denunciar a atuação repressiva da polícia, quando não impedidos, acabam sendo punidos. Uma mãe, diante da ausência de uma ferramenta para registro, afirmou que "Já me chamaram de vagabunda por proteger meu filho. Aí não tinha celular para filmar, tive que sentir." **"Estado é aquele que é contra os direitos humanos, que tenta enganar, diz que não tem direito, quando tentam buscar o direito, tem o braço opressor."**

3.4. Danos à propriedade

Foram recorrentes os relatos de desrespeito e danos aos bens dos moradores, destruição e apropriação indevida de propriedade dos moradores. "O militarismo é um absurdo, eles se dizem cumpridores da lei, mas a forma como eles atuam é fora da lei, é um absurdo a forma como eles trabalham. Aqui quando eles chegam todo mundo corre, desde pequeno o medo da polícia é implantado"; "Eles trazem uma ideia de lei que não existe. **Eles são os fora da lei.**" Os relatos mencionam casos em que a polícia rouba de traficantes para revender: "eles são a lei sem lei, a justiça sem justiça. Eles plantam o mal." "No dia da operação, **arrombaram uma loja aqui com um**

alicate, roubaram dinheiro da caixa registradora e comeram o que tinha dentro da distribuidora, beberam refrigerante e tudo, era 5h da manhã."

"Eles mexem em tudo, pisam nas coisas, eles reviram tudo, quebram coisas e ameaçam as pessoas. Eles ameaçam pessoas para desbloquear celular, ameaçando quebrar os aparelhos. O argumento deles é sempre arma e droga, o tráfico."

É curioso (e alarmante) que os moradores entendam que não podem ter dinheiro guardado em casa, porque, se a polícia entrar e ver, vai achar que é dinheiro de tráfico. Portanto, por precaução, muitas pessoas não guardam dinheiro em casa.

Um relato de um(a) líder comunitário(a) descreve a apreensão de itens pessoais de um morador, e o/a policial falou que era "marmitta de vagabundo, fiquei revoltada, principalmente na parte de alimentação, jogaram no chão. A alimentação é arrecadada por doação para dar para as crianças, a gente não recebe recurso para comida, temos apoio para pagar os professores, mas a alimentação é adquirida por doação. Não tem necessidade de jogar os alimentos no chão"; "é, muitos policiais invadem nossa casa"; "entraram lá em casa, o menino filmou e entraram na casa do menino e bateram nele"; "É a palavra deles contra a gente, o que eles quiserem por eles põem. Tu trabalha o dia inteiro, chega em casa cansada, a porta da casa tá arreventada. Depois eles vê que não tem nada, diz que bagunçaram, que a gente vai ter que arrumar tudo, consertar a porta, mas é pra segurança nossa. Que segurança o quê? Se eles são o terror." Novamente sobre câmeras e celulares afirmam: "Mas eles (os policiais) pegam e quebram", descrevendo que um morador "foi preso dentro de casa dormindo, por causa da filmagem" e que em outra situação, os policiais: **"entraram na casa de outro menino e bateram porque ele gravou a operação. (...)** Ele foi até a delegacia e a corregedoria e prestou queixa, mas foi preso depois"; **"se a gente não desbloquear (o celular), eles batem"**. Ainda sim, depois de retidos os celulares, dificilmente retornam a seus donos, e pessoas que tiveram seus aparelhos apreendidos relatam dificuldade para recuperá-los :

“eu acho um absurdo é o tempo (...) meu celular foi todo desbloqueado, mandei sem senha (...) disseram para eu ir lá porque já estava liberado (...) pra depois dizer que sem previsão (...) eles ficaram fuçando no celular lá pra depois dizer que não vai liberar”

“O meu marido tava apavorado porque ele tinha feito acerto do trabalho dele e não tinha levado no banco. Eles disseram que, pela conversa, lá em casa tava tudo limpo. Meu marido estava tremendo, porque, se eles entram lá, levam o dinheiro dele.” **“Se eles acharem dinheiro, eles levam, dinheiro não tem registro”.** “A polícia assalta a gente.”

Moradores relatam vandalismo e danos a propriedades privadas como produto das ações policiais nas comunidades, principalmente portas e grades arrebentadas, entre outros itens de imóveis residenciais e comerciais. “Entraram na distribuidora com alicate, pegaram dinheiro no caixa, comeram e beberam coisa lá dentro, 5h da manhã, eu vi tudo.” “Nessa operação, a caixa d’água de um morador foi atingida e foi ele quem teve que arcar com as despesas para o conserto, pois o Estado não presta nenhum suporte ou reparo. Os policiais matam e destroem as coisas com os tiros.”

Diversos moradores descrevem situações similares associadas ao desrespeito frente à sua propriedade: “É, muitos policiais invadem nossa casa”; “Eles arrombam porta, bagunçam tudo”; **“Destruíram a sala e a cozinha toda no dia da operação.** Falavam que tinham mandado, mas eles não tinham nada. Entraram na minha casa porque meu filho já foi menor infrator. Mas ele nunca tinha sido preso, entraram na casa, prenderam ele de cueca. E a gente é tão humilde que não pode se mudar daqui.”

Durante ações policiais nas comunidades, na invasão das casas, policiais pedem notas fiscais de bens (principalmente eletroeletrônicos) e, se moradores não apresentam, fazem a apreensão dos bens. Ocorre que nem sempre as pessoas armazenam por longos períodos as notas fiscais de bens, e apenas por esse motivo perdem seus bens. “Colocaram a TV do meu irmão embaixo do braço pra levar porque não tinha nota, eles levaram muita coisa e

depois a gente não consegue de volta, levaram até a geladeira de uma senhora uma vez". Vários moradores relatam experiências parecidas: **"Se eles acham coisa boa eles levam"**; **"Eles levaram meus 4 celulares já só porque não tinha nota, nem sempre devolvem"**; "Não é todo mundo que consegue a nota, não é todo mundo que pode ir na loja comprar, às vezes vamos em brique"; "Quando trabalhava no condomínio, ganhei uma TV, não era smart, eles entraram e levaram."; "Perdi meu trabalho de conclusão de curso da faculdade, pois a polícia invadiu minha casa, levaram meu notebook, agora só tem a cópia do trabalho na biblioteca, levaram cartão de memória." "Essa última vez eles levaram tudo de eletrônico."

Diversos moradores relataram frequentes prejuízos materiais acarretados pelas abordagens policiais. Um morador falou de outro que era um professor e que gastou muito com a caixa d'água. Diz que os policiais matam e destroem as coisas com os tiros. Afirmam: "Querem te colocar como criminoso, mesmo não sendo, pela forma como te abordam. Eles implantam a revolta na gente, sentimentos ruins, nas crianças. **Quando fazem busca arrebentam a casa de todo mundo, é um prejuízo para consertar.**" Na mesma linha, outro morador relata que "quando não acham nada falam desculpa, é que é nosso trabalho, é só colocar um reforço aqui na porta, é pra segurança de vocês, eu falei que segurança, agora vou sair pra trabalhar e vou ter que deixar minha porta rebentada."

Novamente, a experiência se repete em diferentes falas: "Na operação que teve aqui em agosto o meu celular foi todo quebrado, pegaram ele e ficaram por 45 dias. Fui lá buscar com o meu filho pequeno no BOPE, levei a nota fiscal do celular e não me devolveram mesmo assim. Pegaram até o celular das crianças."; "No dia da operação, levaram três celulares que era do serviço de um menino daqui."; "Eu acho um abuso, meu marido tá pagando o celular até agora. Meu celular e do meu filho de 5 anos. Eles batem se não desbloquear o celular e entregar." "Derrubam a casa com tudo, cama, guarda-roupa. Serraram a casa, a gente dentro. **Tenho muito medo deles. Tinha gastado 5 mil reais num empréstimo para comprar madeira. Derrubaram, levaram a madeira toda embora.**"

3.5. Impactos sobre a comunidade

Entre os efeitos mais duradouros e insuperáveis da violência policial está o luto. **Uma mãe, que perdeu três filhos para a violência policial, descreve o desespero** quando soube da morte do que foi assassinado mais recentemente. Ela encontrou seu outro filho naquele dia “chorando, muito abalado, e diz que ele mudou desde então. (O filho assassinado) naquela época deveria ter 14 ou 15 anos.”

As cenas reproduzidas são de grande crueldade: **“morreu porque estava na favela; pobre não tem direito.”** Essa mãe relata ter visto um vídeo do filho se arrastando pelas ruas antes de morrer e diz que nesse vídeo dá pra ouvir a voz de um homem morador zombando dele em seus últimos momentos de vida, se arrastando e sangrando.”

Contou ainda que, quando o filho morreu, ela ficou um mês bebendo e fumando porque não conseguia aceitar: “quase morri, o meu sofrimento.” Diz que no Natal de 2021 bebeu e chorou muito. Fala de uma mulher que dizia sonhar com o seu filho, a qual disse pra ela que ele pediu para ela não sofrer mais. Diz que nessa época se endividou, “era uma fuga.” A morte trouxe graves consequências para sua saúde física e mental.

Nem o direito à memória lhe foi concedido. Diz que **“taxam o menino de bandido, corrompem a memória dele”**; fala que no inquérito da morte do filho dizia que ele era assassino, ou homicida, mas afirma que ele não era e que o mesmo inquérito mostrava que não tinha pólvora na mão dele.” E, ao pai, mesmo o direito de luto lhe foi negado: **“lembra que o pai estava preso e não pode ver o filho, não pode ir ao enterro.”**

Todo o quadro descrito gera medo, impotência e desmobilização. Uma moradora fala que muitas mães perderam os filhos, mas que elas não se unem. Quer união para fazer diferença, mas diz que outras pessoas não aparecem pelo medo. “A gente fica desconfiado, não sabe o que esperar. Tem que dormir com um olho aberto e outro fechado.”

Em uma das conversas, não conseguimos ter acesso a moradores pois, segundo um dos participantes do grupo, “não conseguiu contato com alguns jovens que desejava para essa conversa pois estavam escondidos da polícia desde semana passada.” A vida comunitária muitas vezes é incipiente. Mães relatam que a comunidade é muito desunida, um vizinho fala contra o outro, que precisam se unir para denunciar essas coisas, se não falarem e se ajudarem, ninguém vai fazer nada por elas.

Uma moradora afirma que, em um outro momento, quando ela foi ao Morro do Mocotó junto com o pessoal da universidade, participar de uma roda de conversas, só duas mães apareceram, sendo que várias crianças já morreram lá, reclamando que ninguém quer se unir para tentar fazer a diferença. Ao ser questionada sobre o porquê essas outras mães não participaram do encontro, responde que talvez por **medo** e diz que também há **desesperança**, citando como exemplo a mãe que **perdeu três filhos, sendo essa uma situação difícil de se superar e que desestabiliza a saúde mental das pessoas.**

4. Considerações

Os relatos expressam o **cotidiano de violência física e psicológica contra os moradores, assim como danos a infraestrutura de suas casas e da comunidade** - violências essas perpetradas pela própria polícia - com significativos impactos sobre suas expectativas na interação com as instituições policiais e grande frustração frente à capacidade de instâncias públicas atenderem adequadamente suas legítimas demandas de acesso a direitos e serviços. A violência de Estado a que estão submetidas essas comunidades é expressa com clareza nos relatos dos moradores que participaram das rodas de conversa como visto ao longo do relatório.

A polícia aparece como o principal promotor de violência nessas comunidades. Os relatos nos permitem concluir que a polícia criminaliza os moradores, excluindo-os da categoria universal de cidadãos, isto é, indivíduos que são iguais em termos legais perante o Estado e compartilham uma série de direitos e deveres. Pelo fato de morarem em locais social e economicamente marginalizados, os moradores tornam-se pessoas suspeitas de conexão com o crime, o que justificaria uma ação mais agressiva da polícia para garantir a ordem pública, negando os seus direitos sociais e políticos.

A premissa que orienta a ação policial nesses locais é clara: **moradores pobres são criminosos em potencial, ou já o são.** A ação policial visa a gerar medo e manter uma ordem social desigual e assimétrica, garantindo a subordinação daqueles moradores à autoridade policial. Tentativas de mobilização política dentro das comunidades são, conseqüentemente, marginalizadas no panorama político. Moradores sentem-se humilhados e ameaçados com as atitudes dos policiais nas comunidades - seja em vias públicas ou até mesmo dentro de suas próprias casas.

Os relatos demonstram **o uso da violência por parte dos policiais sem atender aos critérios de legalidade, necessidade e proporcionalidade** que são internacionalmente reconhecidos como orientadores da ação policial em um Estado democrático, com

danos a bens de moradores e agressões injustificadas durante buscas e abordagens dentro da comunidade. Como observaram os próprios moradores, existe uma diferença na abordagem policial dentro da comunidade, pois os policiais “não diferenciam quem é do crime e quem é trabalhador” e, portanto, “a violência dentro da comunidade é forte, grave e estigmatizada.”

Os relatos expressam ainda lamento acerca do fato da polícia não adotar nenhuma outra política frente à comunidade senão o uso de violências. “A polícia nunca vem para te abraçar, ela sempre vem com ignorância. Uma vez estávamos no ginásio e eles foram com armas que não precisava.”

A atitude violenta da polícia causa significativo impacto psicológico e simbólico nas comunidades. Demonstra sua consciência de que funcionários públicos deveriam servir ao bem comum, uma vez que são sustentados pelos impostos pagos pelos cidadãos. Os relatos expressam frustração, medo, dor, raiva, descrença no Estado, ódio pela polícia. O estigma produz um forte efeito na visão de mundo de crianças e jovens, que geram revolta pela falta de perspectiva e não conseguem projetar para si um futuro desejável: “Querem te colocar como criminoso mesmo não sendo, pela forma como te abordam. Eles implantam a revolta na gente, sentimentos ruins, nas crianças.”

Diversos e duradouros, portanto, são os impactos da violência policial sobre as comunidades. Os moradores relatam como suas vidas são destroçadas pelo luto, pelo medo e pela impotência, perdem a esperança de poderem viver um cotidiano sem se sentirem todo o tempo ameaçados e humilhados por agentes do Estado. Sentem-se estigmatizados, destituídos de qualquer respeito social e direito de cidadania. As batidas constantes, a invasão de casas, além dos efeitos psicológicos de insegurança, em adultos e crianças, provoca perdas materiais significativas.

Ao longo deste relatório, mostrou-se inegável o fato de que existe violência policial no estado de Santa Catarina, mas o que podemos fazer quanto a isso? É preciso interromper o ciclo de

violência brutais que afetam os moradores das comunidades periféricas. Para solucionar o grave problema da impunidade envolvendo casos de violência policial por parte da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, é fundamental o controle externo das atividades policiais por parte do Ministério Público, em conformidade com o art. 129 da Constituição Federal. Nos colocamos à disposição para construir coletivamente mecanismos participativos de responsabilização de atos abusivos por parte da polícia juntamente com o Ministério Público em Santa Catarina. É preciso agir.



IMDH

Instituto Memória e Direitos Humanos